



Globalização e países emergentes: uma perspectiva das cidades globais

Gabriel Fernandes Pimentaⁱ •

Resumo:

A política contemporânea é caracterizada pelo surgimento de fenômenos e conceitos, cuja sucessão acelerada e transformação no decurso do tempo tornam difícil sua compreensão, especialmente quando considerados em conjunto. O artigo busca colocar em perspectiva dois conceitos, o da globalização neoliberal e dos países emergentes, vistos sob o nexo do fenômeno das cidades globais. Argumenta-se que as cidades globais são ao mesmo tempo expressões da lógica neoliberal nos países emergentes e adaptações feitas pelos países emergentes à lógica neoliberal.

Palavras-chave: globalização; países emergentes; cidades globais.

Abstract:

Contemporary politics is characterized by the appearance of phenomena and concepts whose accelerated success and transformation over time make their comprehension difficult, especially when considered as a whole. The article seeks to put two concepts into perspective: neoliberal globalization and emerging countries, seen from the perspective of the phenomenon of global cities. We argue that global cities are at the same time, expressions of the neoliberal logic in emerging countries and adaptations made by emerging countries in response to the neoliberal logic.

Key words: globalization; emerging countries; global cities.

O presente artigo tem como objetivo analisar o fenômeno das cidades globais dos países emergentes dentro de um contexto internacional caracterizado pelos efeitos da globalização neoliberal. Serão abordadas as características da globalização neoliberal, em especial aquelas relativas às novas relações entre espaço e poder. Em seguida, será apresentado o conceito de país emergente e o alcance desse conceito sob a perspectiva da globalização. Por fim, será apresentado o fenômeno das cidades globais nos países emergentes, que faz o cotejo entre os dois temas.

Parte-se da hipótese de que fenômenos de alcance global são verificáveis também em escala local de forma adiantada à sua expressão última em maior escala. Como demonstrou Harvey (2005), a implementação de políticas neoliberais¹ teve início localmente, por meio da reestruturação política e financeira de Nova Iorque e de Londres no final da década de 1970, ao que se seguiu a instauração de governos responsáveis pela adoção de tais políticas em âmbito nacional. O artigo é uma tentativa de verificar se o mesmo ocorre frente ao aparente paradoxo entre a redução do poder estatal provocada pela globalização neoliberal e o soerguimento de formas tradicionais de poder político, calcadas na permanência do Estado-nacional, na forma dos países emer-

gentes. As cidades globais, novas escalas do poder criadas pela globalização, são possíveis pontes entre as novas formas de expressão do poder político-econômico no contexto da globalização e a manutenção do poder tradicional por meio dos países emergentes.

A globalização e suas características

No final da década de 1980, a renovação econômica de viés neoliberal encabeçada pelos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, somada ao aparente declínio do poder soviético, deixava entrever a possibilidade de um novo ordenamento da política e da economia globais. O termo "globalização" tornou-se de uso corrente nos debates das Relações Internacionais neste período, para suprir o que parecia ser um vácuo no conhecimento dos novos fenômenos do período. Desde então, a incapacidade - ou talvez mesmo a falta de vontade deliberada, com motivações programáticas - de gerar um conceito unívoco e preciso do que consiste a globalização permitiu que o termo se tornasse popular, constante como chave interpretativa e variável inicial de diversos fenômenos observados nas esferas nacional e internacional.

Luke Martell (2010) identifica três fases históricas de significação do termo após o período citado. Na primeira, a globalização seria um

¹ A definição do ideário neoliberal será dada na próxima seção do texto.

fenômeno que compreenderia a criação de um pensamento globalista, cuja principal consequência seria a geração de uma identidade global, associado a uma perspectiva economicista do mundo que coadunava com o programa neoliberal liderado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido. Sua associação com a reformulação econômica de cunho neoliberal acabaria por gerar um forte conteúdo propositivo, no qual a inevitabilidade da globalização em âmbito planetário como causa e efeito recomendaria a redução da participação dos Estados na economia, prevendo mesmo a reformulação incidental das relações sociais advindas de tal movimento. Um documento paradigmático do programa neoliberal, e cujo impacto foi amplificado pelo fenômeno identificado até então como a globalização, é o *paper* "What Washington Means by Policy Reform" (WILLIAMSON, 1990). Suas recomendações de reforma macroeconômica de cunho neoliberal, voltadas para países em desenvolvimento, tornaram-se um símbolo de tempos nos quais o Estado teria seu papel reduzido, em favor de um crescimento econômico não necessariamente atrelado ao desenvolvimento social e à redistribuição da riqueza.

A segunda fase de significação do termo consiste em um movimento intelectual que contra-arresta o primeiro, considerando o fenômeno da globalização sob um viés crítico. A globalização não seria um fenômeno propriamente global, concentrando-se essencialmente nos países capi-

talistas centrais. Não seria também um fenômeno tão novo quanto defendiam os acadêmicos integrantes da primeira fase, uma vez que evidências indicavam a manutenção ou mesmo a queda nos níveis de participação dos fluxos transnacionais de capital e produtos na economia mundial - para não dizer da questão cultural, já que os efeitos da "nova" globalização não seriam tão profundos quanto aqueles de outros períodos de grande movimentação de pessoas ao redor do planeta. A globalização, como fenômeno essencialmente econômico, não teria causado mudanças profundas nas estruturas políticas dos Estados, cujas funções se manteriam as mesmas. Ademais, enquanto fenômeno econômico, a globalização teria um caráter deletério, aprofundando as desigualdades sócioeconômicas e gerando risco para a manutenção do sistema econômico internacional vigente. A terceira fase identificada pelo autor acerca-se da primeira fase ao não negar que a globalização contemporânea é um fenômeno diferente de outros, apesar da possibilidade de aproximações e analogias, e que possui grande relevância e consequências notáveis para a política e a economia internacionais.

A terceira fase aproxima-se também da segunda ao perceber que existem diferentes reações locais ao fenômeno da globalização, isto é, que mesmo sob os efeitos de uma série de novos eventos, que deveriam homogeneizar costumes e instituições locais, um caráter local resiste. A nova fase divide também com sua antecessora a

preocupação com alguns efeitos da globalização, como o agravamento de determinadas condições sociais, apesar da melhora de alguns indicadores econômicos, e o insulamento popular de uma série de decisões importantes no campo econômico, que passam a ser relegadas para especialistas alinhados com a perspectiva neoliberal.

As mutações do conceito de globalização acabam por esconder algumas de suas consequências, cujos traços comuns a todas as abordagens precisam ser destacados para o uso como categoria de análise. Uma revisão mais pormenorizada dos autores que abordam o fenômeno da globalização é útil para a extração de conceitos mais precisos e, logo, de maior valor operacional. Uma boa abordagem, de viés taxonômico, é feita por Nicole Oke (2009). Ela coloca que existem dois eixos de compreensão da globalização e da produção acadêmica sobre o tema: o tempo e o espaço.

"Entender a espacialidade como meio constitutivo significa examinar o papel do espaço na construção do social, no sentido das locações, distribuições, fluxos e padrões de interações sociais. Significa também examinar o que está 'contido' dentro destes espaços: histórias, culturas, processos sociais" (OKE, 2009, tradução nossa²).

A identificação do fator especial na globalização incorre na construção da perspectiva de que a

reformulação das escalas espaciais do poder nas Relações Internacionais é um ponto comum às várias abordagens do fenômeno. Os conceitos de desterritorialização relativa ao Estado-nação (ALBROW, 1997), de criação de novas geografias do poder desagregadas do Estado-nação (SANTOS, 2008) e de supraterritorialidade concernente a novos fluxos de relações que independem da geografia territorial (SCHOLTE, 2005) são apontados pela autora em seu esforço de identificar as formas pelas quais a globalização age em suas possíveis mudanças no exercício do poder. O mesmo fenômeno é identificado por Milton Santos (2003), ao afirmar que

"No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. (...) A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas" (SANTOS, 2003, p.79).

Dentre os muitos fenômenos componentes do conjunto que se convencionou chamar globalização, pode ser observado que há um componente identificado pela maioria dos autores que tratam do tema: a realocação do poder nos termos da escala geográfica. Se o modelo clássico das Relações Internacionais identifica o poder como propriedade dos Estados-nacionais, e essa propriedade permite vê-los como unidades, essa compreensão é desfeita pela globalização. Em seu processo de reconstrução do poder, a globalização – ou seus agentes promotores –

² Do original: "To understand spatiality as constitutive means examining the role of space in the construction of the social, in the sense of locations, distributions, flows and patterns of social interactions. It also means examining what is "contained" within these spaces: histories, cultures, social processes."

causou sua redistribuição em uma estrutura vertical. Em um nível acima dos Estados, as organizações que tratam da governança global em temas diversos, em especial as de coordenação econômica, ganharam relevo, passando a recomendar e até mesmo, graças às suas capacidades de financiamento em momentos de crise, definir políticas a serem adotadas por alguns países. Abaixo dos Estados, unidades como províncias e cidades também passam a deter mais poder. O processo que Milton Santos (2003) definiu como a necessidade de uma especialização produtiva territorial, na qual os lugares competem por maiores e mais lucrativas fatias de uma produção cada vez mais fragmentada, garante o ganho de poder às tais unidades, uma vez que elas passam a ser, caso bem sucedidas nos termos da competição pela produção, as unidades indutoras de desenvolvimento para uma área mais ampla. Isso também garante a possibilidade de participação maior do Estado-nacional da qual a unidade faz parte na gerência dos fluxos de capital, bens e serviços que integram o processo de globalização econômica.

São ilustrativos da consistência do fenômeno da realocação do poder os diversos trabalhos publicados acerca o tema, coincidentes com a periodização da globalização previamente apresentada, passíveis de apresentação em breve revisão bibliográfica. Relativamente ao tema da governança global, ligada à elevação do poder para instâncias supranacionais, podem ser elen-

cadadas obras como a seleção de textos organizada por David Held e Anthony McGrew (2002), que revisa o tema da governança à luz das segunda e terceira onda dos estudos sobre a globalização e o livro de Martin Hewson e Timothy Sinclair (1999) e seu rico esforço para conceituar e definir ontologicamente o fenômeno da governança. Quanto ao tema das unidades subnacionais e seu papel na construção da política internacional, existem os importantes trabalhos de Panayotis Soldatos (1990) e Duchacek, Latousse e Stevenson (1988), no campo de estudos da paradiplomacia, e – especialmente para este trabalho – o trabalho de Saskia Sassen (1991) sobre as cidades globais.

A inserção das cidades como novas unidades dotadas de poder na esfera internacional, consequência da realocação do poder na escala geográfica, é um conceito sólido, dentre os muitos que podem ser identificados como causados pela globalização, e portanto, pode ser usado como referência para compreender determinados fenômenos contemporâneos. O principal deles consiste naquilo que vem sendo chamado de “cidade global”, tema que retomaremos na terceira seção do trabalho.

Países emergentes

A popularidade do termo “países emergentes”, muito em voga em meios jornalísticos e presente mesmo em discursos políticos, ajuda a

disfarçar a imprecisão do conceito e acaba por prejudicar o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada dos efeitos da suposta emergência de alguns países dentro do sistema internacional. A própria difusão do termo impede, ao mesmo tempo, que pretendamos analisar características e fenômenos de países identificados como emergentes sem um debate sobre o termo. A presente seção do texto pretende abordar algumas perspectivas relativas aos países emergentes e estabelecer um conceito operacional para os demais trechos do trabalho.

Cunhada na década de 1980 para designar mercados nacionais de países do Terceiro Mundo com potencial de crescimento rápido (ECONOMIST, 2008), a expressão “mercados emergentes” ganhou popularidade nos últimos dez anos, especialmente após a publicação do *paper* “Building Better Global Economics BRIC’s” (O’NEILL, 2001). A sigla BRICS, criada naquele *paper* e usada para designar um grupo de economias em expansão, composto por Brasil, Rússia, Índia e China, tornou-se famosa nos meios jornalísticos e acadêmicos, especialmente nos estudos de projeção econômica. Sua difusão acabou por motivar que os países nela agrupados organizassem um grupo real de diálogo entre governos e chefes de Estado, cujo primeiro encontro ocorreu em 2006³. Além do critério econômico identificado por O’Neill, são caracterís-

ticas comuns aos BRICS o fato de nenhum deles poder ser considerado como um país desenvolvido e a grande importância de cada um deles nas suas respectivas regiões. As discrepâncias são mais chamativas: não há uniformidade de regime político, de inserção econômica internacional, de condições sócio-econômicas (como a distribuição de renda e dinâmica demográfica) e de perspectivas securitárias. A inclusão da África do Sul no grupo, ocorrida em 2011, apenas agravou as já consideráveis assimetrias entre os BRICS.

A institucionalização dos BRICS revela também a mutação gradual do termo. A descrição inicial tratava somente das questões econômicas, daí a definição de “mercados emergentes”.

“[...] o exercício intelectual de um economista de um banco privado converteu-se em um quadro diplomático para a criação de um bloco de quatro países emergentes, aparentemente dotados de vocação, sobretudo econômica, para propor alternativas ao mundo supostamente conservador do atual G7” (ALMEIDA, 2010, p. 132).

A agregação da variável política na identificação de tais países se deu em um movimento no qual é difícil identificar a direção de causalidade entre variáveis: haveria coincidência entre maior assertividade política e perspectiva de crescimento econômico, a expansão econômica permitiria aos países agir em novas esferas e com mais assertividade ou decisões pela adoção de atitudes políticas mais ativas chamariam a atenção para as novas e favoráveis condições econômicas? Fato é que se passou a tratar não mais dos “mercados

³ Para um breve histórico do grupo, ver MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012.

emergentes”, mas dos “países emergentes”, sinalizando a ascensão de tais países em questões da governança e geopolítica internacionais. Mas haveria alguma característica essencial que demonstrasse o cotejo entre a política e a economia, que diferisse os tais emergentes dos demais? Seria possível prever o comportamento dos emergentes, especialmente se considerarmos as diferenças entre os membros do grupo abordado até o momento? Haveria alguma diferença conceitual entre os países emergentes e as características elaboradas anteriormente e com outros propósitos, como as potências regionais e as potências médias?

A literatura que poderia responder a tais questões é vasta, porém, inconclusiva – o que não impede que apresentemos algumas abordagens que trazem algumas soluções mais ou menos satisfatórias. Maria Regina Soares de Lima (2010) identifica duas gerações de emergentes, sendo que a atual, foco deste estudo, consiste em grandes mercados incorporados à globalização do capitalismo. A introjeção da lógica do capitalismo neoliberal nestes países os incorporariam à economia global, e o peso das dimensões avantajadas destes países na economia permitiria que eles exercessem um papel diferenciado dos demais recém-integrados no ordenamento político global. A heterogeneidade entre eles impediria que eles formassem uma unidade de concertação política.

Jean Coussy também fornece uma perspectiva economicista para a classificação de emergentes, sendo eles “[...] antes de tudo de desenvolvimento tardio [...] cujo crescimento desafia, ou mesmo ameaça, a situação econômica dos países desenvolvidos” (COUSSY, 2009, p. 57, tradução nossa⁴). Essa definição não oferece qualquer contribuição para o viés político do fenômeno dos países emergentes, ainda que aborde um possível desdobramento instigante do tema, voltado para a competição entre os países desenvolvidos e os emergentes.

A tese de Cornelia Huelz (2009) contém um interessante debate sobre o tema, ao desenvolver um conjunto de hipóteses acerca das características que comporiam o perfil de um país emergente, contrastando-as com atributos e descrições elaborados para definir as potências médias e as potências regionais. Em suma, um país emergente teria uma forte identidade internacional, baseada na compreensão interna da posição do país no sistema internacional; estaria situado em um contexto estrutural diferente daquele das economias industrializadas, mas reteriam capacidades materiais que permitiriam influenciar a economia global; envolver-se-iam com tópicos da agenda internacional diferentes daqueles das potências médias; adotariam estratégias de ação reformistas e, por fim, seriam também potências regionais.

⁴Do original “[...] first of all latecomers to development [...] whose growth challenges, even threatens, the economic situation of developed countries.”

Longe de estabelecer um parâmetro definitivo de definição sobre o que é um país emergente, o presente trabalho tratará da situação de Brasil e Índia como casos paradigmáticos de países emergentes. Além de se aproximarem dos critérios colocados por Lima (2010), Coussy (2009) e Huelsz (2009), ambos integram o grupo BRICS, considerado relevante não apenas pelos critérios econômicos que levaram à criação da sigla, como também por ter formado um agrupamento político formal. Os demais membros são excluídos por uma série de razões. A África do Sul, não obstante sua perceptível importância para o continente africano e atuação internacional crescentemente chamativa, não pode ser considerada como uma grande economia ou mesmo um país de grande população, estando aquém da vigésima posição dos *rankings* mundiais de tamanho do PIB e do número de habitantes (IMF, 2012; UNDESA, 2012). Inquestionado seu ganho de relevância recente no sistema internacional, seria forçada sua caracterização como um país capaz de influenciar sozinho esse mesmo sistema.

A Rússia fica de fora pelo que pode parecer uma filigrana etimológica, mas justificada: o país é certamente uma potência, mas em processo de submersão, não de emergência. Após ter sido uma superpotência global ao longo de grande parte do século XX, a Rússia tem sua capacidade de influência mantida essencialmente pelas características daquele período que ainda não

foram perdidas, como o vasto arsenal nuclear e o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ademais, sua economia é de crescimento volátil, devido à diversificação cada vez menor e a dependência crescente da produção e exportação de petróleo, um bem com alta flutuação de preços – a queda de 7,9% do produto interno bruto, em 2009, causada pela queda do preço do barril de petróleo em 2008 é ilustrativa do processo (RIANOVOSTI, 2010).

A China, por fim, para permanecermos em definições idiomáticas não é emergente porque *já emergiu*. É a segunda maior economia do planeta, com um produto interno bruto maior que de todos os outros BRICS somados e dispõe de outros atributos, como o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas⁵ e capacidade de dissuasão nuclear em escala global⁶. Finalmente, caso nos atenhamos ao critério da inserção na economia capitalista global proposta por Lima (2010), a presença da China em tal sistema é questionável, como alega Giovanni Arrighi (2008), mesmo considerando os expressivos indicadores econômicos chineses.

⁵Desde 1971, quando substituiu os representantes de Taiwan.

⁶Vale observar que a Índia, assim como a Rússia e a China, possui armas nucleares; ao contrário das duas últimas, contudo, não possui capacidade de dissuasão extrarregional, sendo assim uma potência nuclear limitada.

Cidade global

As perspectivas teóricas e discursos sobre a globalização, já mapeados acima, com muita frequência tratam da enorme mobilidade de recursos financeiros e a facilidade do trânsito de pessoas, descurando dos aspectos tangíveis ligados a tais desenvolvimentos. Mesmo estabelecendo que o poder é redistribuído geograficamente em tal contexto, muitos estudos ignoram as consequências físicas de tal suposto, porém, o espaço “não pode ser reduzido a uma metáfora, porque ele inevitavelmente possui dimensões materiais, as quais importam na vida diária das pessoas” (PARNREITER, 2010, tradução nossa⁷). O conceito de cidade global é uma tentativa de reinserir o espaço físico nos estudos sobre a globalização, importante porque

“Permite-nos recuperar os processos concretos, localizados, por meio dos quais a globalização existe e argumentar que muito do multi-culturalismo em grandes cidades é em muito uma parte da globalização como são as finanças internacionais. (...) permite-nos especificar uma geografia de locais estratégicos em escala global, locais ligados uns aos outros pela dinâmica da globalização econômica” (SASSEN, 2001, tradução nossa⁸).

⁷ Do original: [...] cannot be reduced to a metaphor, because unavoidably it has material dimensions, which matter in people's daily life.

⁸ Do original: [...] allows us to recover the concrete, localized processes through which globalization exists and to argue that much of the multi-culturalism in large cities is as much a part of globalization as is international finance. [...] allows us to specify a geography of strategic places at the global scale, places bound to each other by the dynamics of economic globalization.

Em suma, a cidade global é um espaço urbano que concentra um setor de serviços altamente especializado e integrado com setores produtivos de outros locais, que, via de regra, concentra as atividades do mercado financeiro regional e que realiza a integração entre as dinâmicas da economia global e nacional (SASSEN, 2005). Nesse sentido, é possível avaliar a “globalidade” das diferentes cidades, baseado na relevância delas no desempenho de tais funções, considerando as posições relativas dentro do espectro de uma grande rede econômica que integra tais espaços, estabelecida por meio de díades (TAYLOR, 2001). A rede de pesquisas *Globalization and World Cities Research Network* (GaWC) foi a pioneira no desenvolvimento de um índice de medições da inserção das cidades na economia global, publicando desde 2000 relatórios que classificam as cidades em diferentes níveis de inserção e influência sobre a economia global. Nova Iorque e Londres lideram o *ranking*, sendo as únicas consideradas *Alpha ++*, nível máximo, desde o primeiro levantamento.

São Paulo e Mumbai são as cidades com a mais alta classificação de Brasil e Índia, constando entre as quatro primeiras gradações do *ranking* de cidades globais nos quatro relatórios de avaliação de globalidade publicados pelo GaWC. Atualmente, ambas são consideradas *Alpha*, a terceira classificação do relatório *The*

*World According to GaWC 2010*⁹ (GaWC, 2010).

As duas cidades possuem enormes populações, acima de dez milhões de habitantes. Ambas são também responsáveis por uma larga fatia do PIB de seus países: São Paulo produz cerca de 12% do produto interno bruto nacional, enquanto Mumbai contribui com cerca de 5% do PIB indiano (MMRDA, 2008; IBGE, 2007). Em uma observação relevante para o caráter físico da globalização e seus impactos sobre o espaço, as duas cidades são centros da movimentação física de pessoas, uma vez que o aeroporto de Guarulhos registra o maior número de passageiros da América Latina, enquanto o Chhatrapati Shivaji International Airport é o mais movimentado em termos de passageiros internacionais do sul da Ásia (ATWONLINE, 2010). Ambas são também sedes dos centros financeiros de seus países - Mumbai conta com o Bombay Stock Exchange e o National Stock Exchange of India, enquanto São Paulo sedia a BM&F BOVESPA, respectivamente 14^a, 16^a e 8^a maiores bolsas de valores do mundo (WORLD FEDERATION OF EXCHANGES, 2012). A convergência dos fatores citados indica a centralidade de tais espaços em âmbito nacional, cuja relevância engrandece quando considerado o papel pro-

eminente de seus respectivos países na escala regional (SASSEN, 2005).

Conclusão

Considerando a premissa exposta por Harvey (2005) de que fenômenos de alcance global possuem representações anteriores em escalas locais – como a implementação das práticas neoliberais em Nova Iorque demonstrou – a presença constante de São Paulo e Mumbai nos estratos mais altos do ranking de cidades globais desde o início da mensuração da internacionalização das cidades antecipou o reconhecimento da emergência de Brasil e Índia, respectivamente. O fato dessas cidades serem grandes polos regionais de atração de investimentos e fluxos de pessoas e mercadorias condiz com as características do nosso denominador mínimo de emergência, qual seja, a inserção de seus Estados como grandes unidades de desenvolvimento tardio capazes de gerar influência sobre o sistema capitalista no qual estão incluídos. Mantida a “emergência” de Brasil e Índia, é provável que São Paulo e Mumbai se tornem ainda mais importante em meio às cidades globais.

A ocorrência de cidades globais em países emergentes, isto é, não centrais, também atesta o espraiamento e enraizamento dos efeitos da globalização neoliberal pelo planeta. Uma das características apontada pelas três correntes de estudo da globalização é a da realocação do

⁹ No levantamento de 2010, também são cidades *Alpha*: Milão, Beijing, Toronto, Madri, Los Angeles, Moscou, Frankfurt, Cidade do México, Amsterdã, Buenos Aires, Kuala Lumpur, Seul, Bruxelas, Jacarta, São Francisco e Washington.

poder, e o advento das cidades globais com suas óbvias repercussões sobre o desenvolvimento econômico possui um papel fulcral em tal tópico. Ainda que os índices apresentados não levem em consideração as relações intragovernamentais, a administração local de uma cidade com relevância mundial gera consequências sobre as possibilidades de projeção externa de um Estado, especialmente se considerarmos as grandes discrepâncias sócio-econômicas presentes em tais cidades, e que, mormente, reflete as próprias desigualdades de seus países (DAVIS, 2006). Este reconhecimento, contudo, não implica que os países emergentes adotaram o corolário neoliberal, e sim que tais cidades são o reflexo da globalização em um contexto de revalorização das formas tradicionais do poder mantidas pelo Estado, como aparenta ser uma característica de tais países.

Referências

- ALBROW, Martin *The global age: state and society beyond modernity*, Stanford, Stanford University Press, 1997.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico (perspectiva histórico-diplomática sobre a emergência de um novo cenário global)*, in BAUMANN, Renato (org.) *O Brasil e os demais BRICs: comércio e política*, Brasília, Cepal/IPEA, 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.
- ATWONLINE, Air Transport World *World Airline Traffic Results 2009*, disponível em: <http://atwonline.com/sites/atwonline.com/files/misc/ATW%20World%20Airline%20Report%202010_0.pdf>. Acesso em 11 jul. 2012.
- COUSSY, Jean *Emerging Countries: An Attempt at Typology* in JAFFRELOT, Christophe (ed.) *Emerging States: The Wellspring of a New World Order*, Columbia, Columbia University Press, 2009.
- DAVIS, Mike *Planet of slums*, New York, Verso, 2006.
- DUCHACEK, I; LATOUCHE I. D.; STEVENSON, G. (org) *Perforated Sovereignties and International Relations, Trans-Sovereign Contacts of Subnational Governments*, New York, Greenwood Press, 1988.
- ECONOMIST, The *Insand Outs*, publicado em 18/09/2008, disponível em http://www.economist.com/node/12080703?story_id=12080703, acesso em 20 jun. 2012.
- GaWC, Globalization and World Cities Research Network *The World According to GaWC 2010*, disponível em <http://www.lboro.ac.uk/gawc/world2010.html>, acesso em 11 jul. 2012.
- HARVEY, David *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford, Oxford University Press, 2005.
- HELD, David; MCGREW, Anthony *Governing globalization*, Cambridge, Polity, 2002.
- HEWSON, Martin; SINCLAIR, Timothy J (org) *Approaches to global governance theories*, Albany, State University of New York Press, 1999.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *Setor de serviços faz Barueri (SP) ter maior aumento de participação no PIB brasileiro de 2002 para 2005*, disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1061&id_pagina=1, acesso em 11 jul. 2012.
- IMF, International Monetary Fund, *Report for selected countries and objects*, Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/index.aspx>, Acesso em 03 jul. 2012.
- LIMA, Maria Regina Soares de *Brasil e polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul* in BAUMANN, Renato (org.) *O Brasil e os demais BRICs: comércio e política*, Brasília, Cepal/IPEA, 2010.

MARTELL, Luke *The sociology of globalization*, Cambridge, Polity, 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES BRICS – Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul, 2012, disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>, acesso em 20 jun. 2012.

MMRDA, Mumbai Metropolitan Region Development Authority *Mumbai Urban Infrastructure Project*, disponível em: http://web.archive.org/web/20090226031015/http://www.mmrdamumbai.org/projects_muip.htm, acesso em 11 jul. 2012.

OKE, Nicole *Globalizing time and space: temporal and spatial considerations in discourses of globalization* in *International Political Sociology*, no. 3, pp.310-326, 2009.

O'NEILL, Jim *Building Better Global Economic BRICS in Global Economics*, paper no. 66, 2001, disponível em <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/topics/brics/brics-reports-pdfs/build-better-brics.pdf>, acesso em 20 jun. 2012.

PARNREITER, Christof *Global City Formation and the Transnationalization of Urban Spaces: conceptual considerations and empirical findings* in *GaWC Research Bulletin* 336, disponível em <http://www.lboro.ac.uk/gawc/rb/rb336.html>, acesso em 10 jul. 2012.

RIANOVOSTI, Russia *7.9% GDP decline in 2009 less profound than expected*, Disponível em <http://en.rian.ru/business/20100201/157737508.html>, acesso em 03 jul. 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Rio de Janeiro, Record, 2003.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*, Porto Alegre, Artmed, 2010.

SASSEN, Saskia. *The Global City: introducing a concept* in *The Brown Journal of World Affairs*, winter/spring, volume XI, no. 2, 2005.

SASSEN, Saskia. *The Global City: strategic site/new frontier* in *Seminar*, ed. 503, 2001, disponível em <http://www.india-seminar.com/2001/503/503%20saskia%20sassen.htm>, acesso em 09 jul. 2012.

SCHOLTE, Jan Aart. *The sources of neoliberal globalization* in *Overreaching concerns programme paper* 8, UNRISD, 2005.

SOLDATOS, Panayotis. *An Explanatory Framework for the Study of Federal States as Foreign-policy Actors* in MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis, *Federalism and International Relations: the Role of Subnational Units*, Oxford, Clarendon Press, 1990.

TAYLOR, Peter *Specification of the World City Network* in *Geographical Analysis*, ed. 33, no.2, 2001.

UNDESA, United Nations Department of Economic and Social Affairs, *Population*, disponível em http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/panel_population.htm, acesso em 03 jul. 2012.

WILLIAMSON, John *What Washington Means by Policy Reform*, 1990, Disponível em http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?research_id=486, Acesso em 19 jun. 2012.

WORLD FEDERATION OF EXCHANGES *Monthly Reports*, disponível em <http://www.world-exchanges.org/statistics/monthly-reports>, acesso em 11 jul. 2012.

Recebido em 11 de fevereiro de 2013

Aprovado em 07 de março de 2013

ⁱ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC Minas.